

2022



ACESSO E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL: EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS PARA UMA POLÍTICA INSTITUCIONAL

Runa Wargas, UNICAMP, brunama@unicamp.br
Marilda Aparecida Dantas Graciola, UNICAMP, marildag@unicamp.br
Adriane Martins Soares Pelissoni, UNICAMP, adrianep@unicamp.br
Simone Caixeta de Andrade, UNICAMP, scaixeta@unicamp.br
Mariana Freitas Nery, UNICAMP, marinery@unicamp.br

Resumo.

Desde 2005, tendo como foco a democratização do acesso ao ensino superior, a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) criou uma política de inclusão, com sistema de atribuição de bonificação nos resultados do vestibular para estudantes pretos, pardos e indígenas, além dos estudantes egressos das escolas públicas. Mais recentemente, em 2019, a Universidade ampliou o programa de inclusão, estabelecendo outras políticas de ingresso: cotas étnico-raciais, vestibular para indígenas, vagas para estudantes medalhistas em olimpíadas de conhecimento, além das vagas reservadas para a seleção pelas notas do ENEM. O objetivo deste trabalho é apresentar e discutir os impactos das políticas de inclusão de uma Instituição de Ensino Superior (IES) pública brasileira do Estado de São Paulo, no programa de permanência estudantil da instituição. O método da pesquisa consiste em uma análise documental de deliberações, anuários estatísticos e relatórios de gestão da IES. A universidade conta com vários tipos de apoios que compõem a política de permanência estudantil da instituição: que engloba apoio econômico, social, educacional, alojamento estudantil e o serviço de apoio à saúde mental dos estudantes. No órgão central de permanência, algumas iniciativas foram desenvolvidas nos últimos anos, com o intuito de aprimorar a política de permanência para o novo perfil de ingressantes da IES como o programa de mentoria entre pares estabelecido no ano de 2020, a criação de um congresso interno para apresentação dos projetos atrelados às bolsas sociais, qualificação das equipes de atendimento em temáticas como Direitos Humanos, Mediação, Racismo, criação e divulgação de um guia sobre promoção do bem-estar, atividades de recepção aos ingressantes. Percebe-se cada vez mais a heterogeneidade dos estudantes na universidade, o que demanda diferentes iniciativas da instituição para fortalecer o acesso e a permanência estudantil, por diferentes vias, que possam promover, não somente, as questões financeiras/materiais, mas também a permanência pedagógica e simbólica. Reconhecidos os esforços nessa direção, alguns desafios para o aprimoramento dos trabalhos se desenharam, tais como: avaliações longitudinais das políticas de permanência, para se compreender os impactos de curto, médio e longo prazo e maior investimento em recursos materiais e humanos.

Palavras-chave: Ensino Superior, Inclusão, Permanência, Gestão, Recursos.



1. Introdução

As políticas de inclusão realizadas pelo Estado brasileiro, ao longo dos anos 2000, modificaram o perfil dos ingressantes no ensino superior e levaram a um aumento na inserção dos jovens de renda mais baixa ao ensino superior (Ristoff, 2014). Nas universidades públicas brasileiras, isso ocorreu pela expansão do número de vagas no ensino superior e pelo estabelecimento de cotas raciais e programas de inclusão para alunos egressos de escolas públicas (Heringer, 2018). A Associação dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), divulgou a V Pesquisa Nacional do Perfil dos Estudantes das Universidades Públicas Federais, realizada em março de 2018, tendo como resultados:

A pesquisa revela que 70% dos graduandos das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) possuem renda per capita de um salário mínimo e meio. No Norte do país, o número chega a 80% e, no Estado do Pará, o número é de 88%. Estudantes oriundos de escolas públicas alcançam 65% dos componentes das Universidades Federais, no Pará o total é de 70%. Houve também um crescimento da população do gênero feminino nas universidades e alunos pretos e pardos já compõem a maioria dos matriculados (ANDIFES, 2019, s.p).

A instituição foco desta pesquisa é a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), uma Instituição Pública Estadual no interior do Estado de São Paulo, com mais de 50 anos de fundação e que em 2019, possuía em seu corpo discente em torno de 20 mil estudantes de graduação e 17 mil de pós-graduação, totalizando mais de 37 mil estudantes. A UNICAMP iniciou o processo de inclusão em sua política de ingresso em 2005, com a criação de um programa de atribuição de bonificação nos resultados do vestibular para estudantes pretos, pardos, indígenas e egressos de escolas públicas. Como resultado, em 2019, a instituição alcançou o percentual de 60% de ingressantes provenientes dessas políticas de acesso, sendo 48% egressos de escolas públicas e 35,1% pretos e pardos, configurando-se o maior percentual da série histórica da universidade.

No contexto de uma maior inclusão de estudantes provenientes das camadas populares da sociedade, as políticas de permanência desenham-se como pilar basilar para que as políticas de inclusão logrem êxito em seu objetivo da formação dos estudantes e para evitar que os mesmos abandonem os cursos e a instituição. Em 2022, a IES reservou de seu orçamento o montante de 101.4 milhões de reais (AEPLAN, 2022) para o programa de permanência, que engloba recursos materiais como um conjunto de residências estudantis, situada próximo ao maior campus da IES, além de auxílios financeiros, apoio psicológico e psiquiátrico e mais recentemente, um programa de mentoria (institucionalizado em 2020).

Assim, o objetivo deste trabalho é discutir os reflexos destas modificações nas políticas de acesso à instituição e seus impactos para a política de permanência estudantil a partir de uma análise documental dos dados disponíveis em deliberações internas, relatórios de gestão e anuários estatísticos da IES.

2. Políticas de acesso

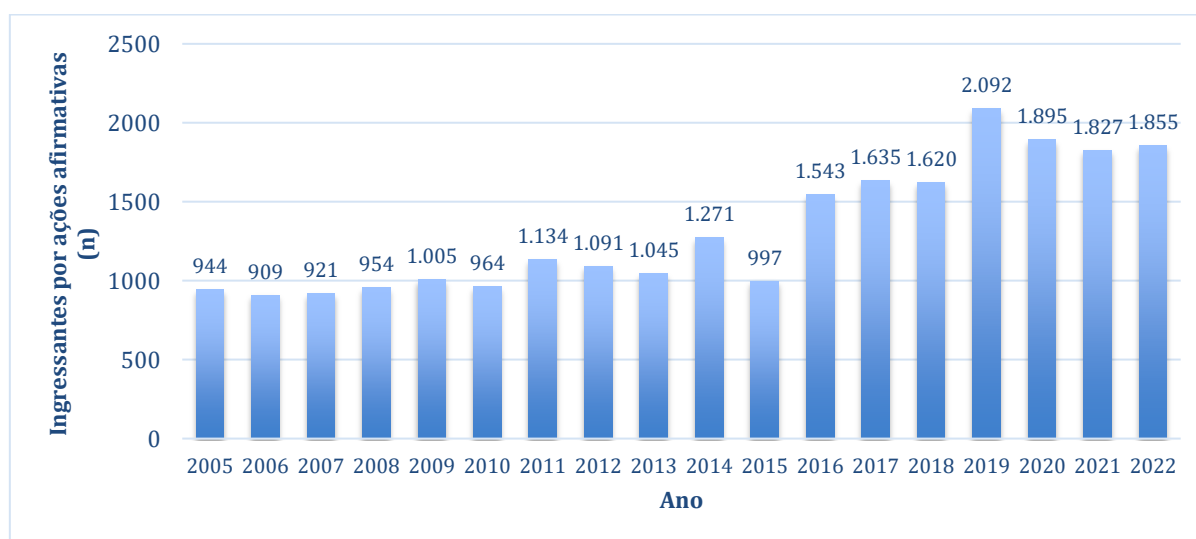
A primeira política de ação afirmativa da instituição foi implementada em 2005, o programa, pioneiro na universidade, baseava-se em uma bonificação para estudantes provenientes de escolas públicas, pretos, pardos e indígenas, contudo, sem reserva de vagas. O objetivo do programa foi estimular que estes grupos ingressassem na instituição, a partir da adição de pontos à nota final do vestibular. Na

2022



primeira seleção com a política vigente, o percentual de ingressantes de escolas públicas passou de 28% para 34% do total de matriculados. O programa passou por duas modificações importantes em sua configuração em 2014, com um primeiro aumento da bonificação e em 2016, com um novo incremento da bonificação e a aplicação dessa nas duas fases do vestibular. Apesar da bonificação, o percentual de ingressantes provenientes da escola pública aumentou de forma tímida entre 2005 e 2013, permanecendo em média 31%. Em 2014, com a primeira modificação, alcançou o percentual de 36,9%, retornando no ano seguinte, entretanto, ao patamar de 30,2%.

Gráfico 1: Estudantes matriculados (2005-2022) que ingressaram pelos programas de inclusão IES pública⁵⁶



Fonte: elaboração própria dos autores. Dados disponíveis Comvest (2022)

A segunda política de inclusão estabelecida na IES, no ano de 2010, foi um programa de formação de dois anos, destinado aos estudantes provenientes das escolas públicas da cidade em que a IES se localiza e foram selecionados os estudantes com o melhor desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de cada escola. No período de 2 anos, os estudantes realizam um curso de formação em disciplinas gerais e, ao final do período, de acordo com o desempenho no curso, selecionam uma vaga nos cursos de graduação. A primeira turma ingressou em 2011, com 120 vagas, número anual mantido até o ano de 2022.

Em 2019, a política de inclusão da IES foi modificada com: a inclusão da reserva de um percentual das vagas para pretos e pardos, o ingresso específico para indígenas, além da modificação na política de 2004, com a continuação da bonificação, mas com uma estratificação diferente para estudantes que realizaram toda a educação básica em escola pública e para aqueles que realizaram apenas parcialmente. Outras modalidades de inclusão foram incluídas, como a utilização da nota do ENEM para uma parcela das vagas e a disponibilização de vagas para medalhistas de olimpíadas de

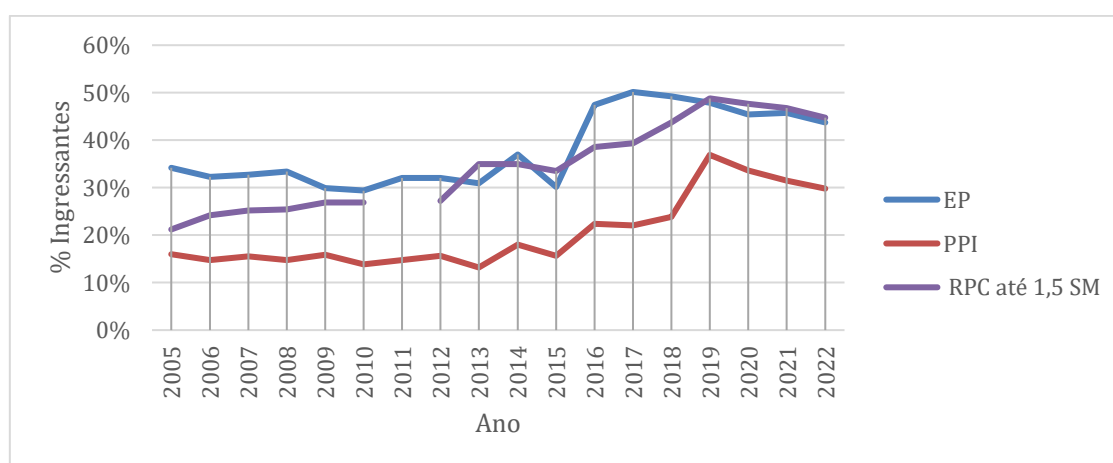
⁵⁶ O número de vagas oferecidas no vestibular 2005 da IES foi de 2830 vagas, em 2009, aumentou-se para 3310 e para o vestibular 2022, o número de vagas ofertadas foi de 3237 (Comvest, 2022).



conhecimento. Em 2019, o perfil dos ingressantes no quesito cor/raça/etnia foi: pardos (27,5%), pretos (7,6%) e indígenas (2,1%), totalizando 37,2%, Pretos, Pardos e Indígenas (PPI) e configurando o maior percentual da série histórica da IES.

Com relação ao quesito da renda per capita familiar dos ingressantes da IES, em 2005, 21,5% dos matriculados possuía renda per capita até 1,5 salários mínimos, no ano de 2014, primeira modificação do PAAIS, o percentual chega a 35% e em 2019, atingi 48,8% dos matriculados. Uma alteração importante no perfil socioeconômico dos estudantes que demonstra a necessidade de políticas de permanência que suportem as questões de ordem econômica para um novo perfil de ingressantes.

Gráfico 2: Perfil Estudantes matriculados (2005-2022): Escola Pública (EP), Pretos, Pardos e Indígenas (PPI) e Renda per capita (RPC) até 1,5 SM



Fonte: elaboração própria dos autores, Dados disponíveis Comvest (2022)

3. O ingresso no Ensino Superior e as Políticas Institucionais de Permanência Estudantil

O ingresso no ensino superior é um divisor de águas para os estudantes, pois inaugura uma fase crucial na trajetória educacional e de desenvolvimento. Diversos autores (Fior, 2003; Almeida e Soares, 2004; Teixeira et.al, 2008; Laya, 2011, Soares e.al., 2014). apontam os grandes desafios de adaptação nesta fase de transição entre o ensino médio e a integração ao ensino superior, Almeida e Soares (2004) destacam que, neste processo de transição para o ensino superior existem quatro grandes campos de desenvolvimento do estudante em sua integração à universidade: domínio pessoal, acadêmico, social e vocacional.

No campo pessoal, a própria transição da adolescência para a idade adulta e a busca pela autonomia pessoal são os desafios, pois em muitos casos, o estudante está deixando de conviver com os pais diariamente e indo morar sozinho em outra cidade, o que para alguns estudantes traz um sentimento de liberdade, para outros gera angústias, desconforto e sentimento de ausência da família (Almeida e Soares, 2004). No âmbito acadêmico, a adaptação ao novo formato de ensino e às novas exigências acadêmicas demandam mais autonomia na busca pelo conhecimento, no gerenciamento do tempo, além da própria adaptação à dinâmica das atividades na universidade, muito diferente do sistema educacional que os estudantes estavam acostumados no ensino médio e fundamental. No âmbito social, demanda-se a construção de um novo grupo social, uma nova rede de amigos, muito



importante para o suporte na integração e caminhada no ensino superior. Finalmente, no campo vocacional, as escolhas ao longo do curso encaminham para a definição dos caminhos profissionais (Almeida e Soares, 2004).

As políticas institucionais para a permanência estudantil apresentam-se como instrumento para auxiliar o processo de adaptação dos estudantes à IES, em especial, no contexto de expansão da inclusão de estudantes com um perfil socioeconômico mais vulnerável. Desta forma, emerge a questão da permanência estudantil em suas várias dimensões. Em decorrência dessas várias dimensões, a permanência está delineada como um conjunto de políticas que envolvem apoios, tanto de ordem econômica (moradia, alimentação, transporte, outros apoios financeiros), como acadêmica (apoio pedagógico, psicológico e psiquiátrico, acessibilidade) (Heringer, 2018).

De acordo com Heringer (2020, p.1) a permanência possui uma “multidimensionalidade, pois engloba fatores não apenas materiais, mas também culturais, simbólicos e psicológicos”. Desta maneira, atender somente o pilar econômico das necessidades dos estudantes provenientes de contextos familiares vulneráveis, pode não garantir a integração do estudante ao ambiente acadêmico em sua integralidade. Assim, promover um ambiente acadêmico propício para que o estudante possa participar de uma série de atividades que promovam seu desenvolvimento pessoal e profissional, como atividades de iniciação científica, extensão e iniciação à docência, auxiliam o processo de permanência na universidade.

Nesse sentido, a busca por uma política de permanência estudantil que consiga abranger todos esses pilares são ponto crucial para manter os estudantes na instituição e proporcionar sua integração nos diversos campos para que o mesmo conclua o curso superior.

A estrutura e os programas que compõem a Permanência da IES

A Unicamp conta com vários órgãos que compõem a política de permanência estudantil da instituição, sendo que o órgão central de apoio, criado nos anos 1970, está vinculado à Pró-Reitoria de Graduação. Este órgão promove o serviço de apoio aos estudantes, que engloba apoio econômico, social, educacional, alojamento estudantil e o serviço de apoio à saúde mental dos estudantes. Os demais órgãos que compõem os apoios oferecidos aos estudantes são: os restaurantes universitários, centro de saúde com atendimentos médico e odontológico e as unidades educacionais que atendem aos filhos(as) de estudantes.

As políticas de permanência da IES estão disponíveis a todos os estudantes da instituição, no entanto, o foco dos apoios financeiros está em atender aos estudantes com renda per capita de até 1,5 salários mínimos. Anualmente, é realizado um processo seletivo socioeconômico que avalia a situação financeira dos estudantes e atribui os benefícios de acordo com seu índice de vulnerabilidade. No ano de 2013, o programa de permanência da IES atendeu 1900 estudantes com as bolsas sociais, em 2021, assistiu 3700 estudantes. E com o total de auxílios destinados a todas as modalidades de bolsas (englobando sociais e acadêmicas) atendeu 4700 estudantes.

Os valores de bolsas oferecidos pela IES proporcionam combinações de apoio como: auxílio social, alimentação, transporte e auxílio moradia. De acordo com o orçamento da instituição, os recursos investidos em permanência estudantil, que englobam as bolsas, auxílios, gastos com restaurantes universitários, creches, moradia e órgãos de permanência, em 2013 totalizava 42.6 milhões de reais e em 2022, alcançou o patamar de 101.4 milhões de reais. Dentro deste montante, o programa de



bolsas representou em 2021 45.6 milhões, ou seja, quase 50%, do montante anual. Um crescimento nominal importante na parcela destinada à permanência estudantil, no período que configurou um balizamento da política de inclusão e permanência da IES.

No órgão central de permanência, algumas iniciativas foram desenvolvidas nos últimos anos, com o intuito de aprimorar a política de permanência para o novo perfil de ingressantes da IES: programa de mentoria entre pares estabelecido no ano de 2020, a criação de um congresso interno para apresentação dos projetos atrelados às bolsas sociais, qualificação das equipes de atendimento em temáticas como direitos humanos, mediação, racismo, criação e divulgação de um guia sobre promoção do bem-estar, e atividades de recepção dos calouros.

Como destaque para as iniciativas promovidas desde 2019, o programa de mentoria (2020) foi idealizado com o objetivo de favorecer a integração e a boa convivência na Universidade, bem como contribuir para a adaptação acadêmica dos(as) ingressantes no contexto universitário. A partir da formação de mentores (estudantes veteranos) e tutores (professores) para atuar no processo de facilitação do processo de integração destes à universidade, promovendo acesso às informações da vida acadêmica e esclarecimento de dúvidas.

E o congresso de Congressos de Projetos de Apoio à Permanência de Estudantes de Graduação da Unicamp (PAPE-G) (2018), reúne anualmente os estudantes de graduação contemplados com as bolsas de permanência para apresentação dos trabalhos desenvolvidos no âmbito de seus projetos. Em 2022, o evento realiza sua quinta edição e tem contribuído para a discussão sobre a permanência estudantil na Universidade e proporcionar a integração dos estudantes.

4. Considerações finais

A política de permanência da instituição em toda a sua extensão buscou nos últimos anos aprimorar seus mecanismos para o suporte material, tendo em vista a mudança no perfil socioeconômico dos ingressantes. Do ponto de vista da integração do estudante com a vida acadêmica, iniciativas importantes foram desenvolvidas no período, tais como o programa de mentoria e o congresso interno de projetos atrelados às bolsas sociais. Embora tenham havido avanços na diversidade de apoios, ainda permanecem desafios para o aprimoramento dos trabalhos que se desenham. Neste sentido, sugere-se outras iniciativas importantes, tais como: avaliações longitudinais das políticas de permanência, para se compreender os impactos de curto, médio e longo prazo e maior investimento em recursos materiais e humanos.

Referências

- Almeida, L. S., & Soares, A. P. (2004). Os estudantes universitários : sucesso escolar e desenvolvimento psicossocial. Cabral Editora e Livraria Universitária.
- ANDIFES, Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (2018). V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES. Recuperado de <<https://www.andifes.org.br/?p=79639>> . Acesso em: 10 ago. 2021.
- Fior, C. A. (2003). Contribuições das atividades não obrigatórias na formação do universitário.
- Heringer, R. (2018). Democratização da educação superior no Brasil: das metas de inclusão ao sucesso acadêmico. Revista Brasileira de Orientação Profissional, 19(1), 7–17.

2022



Laya, Marisol. (2011). El primer año universitario: Un tramo crítico para el éxito académico. *Perfiles educativos*, 33(spe), 102-114. Recuperado de: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-26982011000500010&lng=es&tlng=es

Ristoff, D. (2014). O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. *Avaliação Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, 19(3), 723–747. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/s1414-40772014000300010>.

Soares, Adriana Benevides et al. (2014). O impacto das expectativas na adaptação acadêmica dos estudantes no Ensino Superior. *Psico-USF, Itatiba*, v. 19, n. 1, p. 49-60, Apr. 2014. Recuperado de: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712014000100006&lng=en&nrm=iso.

Teixeira, M. A. P., Dias, A. C. G., Wottrich, S. H., & Oliveira, A. M. (2008). Adaptação à universidade em jovens calouros. *Psicologia Escolar e Educacional*, 12(1), 185–202. <https://doi.org/10.1590/s1413-85572008000100013>

Unicamp. Universidade Estadual de Campinas. (2022) Comissão Permanente para o Vestibular (Comvest). Recuperado de: <https://www.comvest.unicamp.br/estatisticas-comvest/estatisticas-sociais/perfil-socioeconomico/perfil-socioeconomico-geral/>

(2022). Assessoria de Economia e Planejamento (AEPLAN). Proposta de Distribuição Orçamentária. 2022. Recuperado de: https://www.aeplan.unicamp.br/proposta_orcamentaria/unicamp/pdo_unicamp_2022.pdf

Agradecimentos

Este trabalho contou com apoio e financiamento da Escola de educação corporativa da Unicamp (Educorp), Pró-reitoria de graduação (PRG) da Unicamp e do Serviço de Apoio ao Estudante (SAE) - Unicamp